

Arcabouço Fiscal ameaça investimentos nas áreas sociais e impacta a vida das/os servidoras/es

Para qualificar o debate, a Adufes tem promovido encontros e intensificado a mobilização

As novas regras fiscais do Arcabouço Fiscal, que substituem o Teto de Gastos, beneficiarão os super-ricos e os donos de bancos em detrimento dos investimentos públicos, limitando recursos para áreas essenciais como Saúde, Educação, Assistência Social e Transporte. O dinheiro acaba sendo retido para o pagamento de juros de uma dívida pública que é utilizada pelo mercado financeiro como uma fonte de escoamento de recursos públicos para uma pequena parcela da população, menos de 1%.



Entidades sindicais e movimentos populares têm chamado a atenção para a importância da mobilização contra o Arcabouço Fiscal. A presidenta da Adufes, Junia Zaidan, destaca a necessidade de lutar na disputa em torno do orçamento público, denunciando a condução da política econômica em benefício do grande capital. O sucateamento dos serviços públicos, incluindo as universidades e institutos federais, assim como das redes de ensino estaduais e municipais, não será revertido com a aprovação das novas regras fiscais.

Assembleia e debates

A categoria, em assembleia geral no dia 6 de julho, aprovou posição contrária ao Arcabouço Fiscal e delegou à Comissão de Mobilização as ações necessárias de luta contra as políticas de austeridade. Para debater a questão, a Adufes tem promovido encontros que abordam o tema de maneira qualificada. Um deles aconteceu no dia 22 de maio, com a presença dos professores Plínio de Arruda Sampaio Jr, da Unicamp, e Robson Zucolotto, da Ufes. A mediação ficou a cargo da professora

Fernanda Binatti Chiote, também da Ufes.

Durante a discussão, foram abordadas questões relacionadas à estrutura do Estado brasileiro e à lógica neoliberal a que está submetido. O Arcabouço Fiscal do Governo Lula, que tem vinculação histórica com este projeto neoliberal vinda de mandatos anteriores, foi mencionado como uma espécie de novo teto de gastos, mantendo a lógica de restrições orçamentárias que, entre outros desdobramentos, inviabilizam a recomposição do orçamento das universidades.

Plínio de Arruda

O professor Plínio de Arruda Sampaio Jr destacou que o neoliberalismo já se fundiu ao Estado brasileiro e que o governo de Bolsonaro promoveu uma revolução estrutural ultraliberal, que teve início em 2014, após as Jornadas de Junho de 2013, e foi seguida pelo ajuste fiscal de Joaquim Levy, no Governo Dilma, e pelo projeto “Uma Ponte para o Futuro” de Michel Temer.

Ele argumentou que não se pode esperar grandes mudanças estruturais do governo de Lula, uma vez que o neoliberalismo já

está na estrutura do estado. O Arcabouço Fiscal também é resultado da adesão dos governos a esse modelo consolidado e de um Congresso Nacional majoritariamente de direita que dificulta avanços na recomposição dos recursos para políticas públicas urgentes. O golpe contra Dilma e Lula foi revertido, mas o golpe contra a classe trabalhadora continua em andamento, uma vez que o Arcabouço apenas modifica algumas medidas do Teto de Gastos, mantendo a mesma política de aperto para as/os trabalhadoras/es e concessões para os super-ricos e banqueiros.

Plínio ressaltou a contradição presente na Constituição de 1988, que, no papel, oferecia um modelo semelhante ao da Suécia, mas entregava, à época, para 85% da população, condições similares às do Haiti. Ele defende que, em 2013, essas contradições se manifestaram nas ruas, e que a direita apresentou como solução a retirada dos direitos sociais, acelerando mudanças profundas que culminaram nas políticas de Bolsonaro, que expressava, sem pudor, o desejo de destruir literalmente o Estado brasileiro.

PÁG 2 Sindicato vai aos centros de ensino para ouvir categoria

PÁG 3 Cotas para docentes: pressão por reparação continua

PÁG 4 Adufes comemora seus 45 anos com solenidade

PÁG 4 Orgulho LGBTQIAP+: exposição TRANSeuntes e Samba da Ury

EDITORIAL

Sindicatos: sustentabilidade a governos? O que nos cabe a respeito do Arcabouço Fiscal de Lula/Haddad?

O Novo Arcabouço Fiscal (NAF), regras fiscais para conter os gastos públicos, é uma roupagem nova para o Teto de Gastos (EC95). O NAF atinge os investimentos nas áreas sociais e serviços públicos, mas mantém intacta a estrutura fiscal que garante os super lucros de milionários. Esses mesmos que fazem a festa com as taxas de juros mais altas do mundo.

Como continuidade da política de austeridade já intensificada por Dilma em 2015 e aprofundada por Temer e Bolsonaro, Lula estabelece o NAF para manter no arrocho ou diminuir os gastos públicos diretamente responsáveis pela redução das desigualdades sociais e da pobreza. Enquanto isso, quase metade do dinheiro público vai para o sistema financeiro nacional e interna-

cional. Só em 2022, R\$ 1,8 trilhão foram gastos com juros da dívida pública (46% do orçamento).

Assumir o papel de “dar sustentação ao governo” – furtando-nos à crítica e à luta - por medo do retorno da extrema-direita é trair a história que nos constituiu como entidade de organização de nossa classe. É assinar uma declaração de desistência (1) do reajuste salarial em 2024; (2) da realização de concursos públicos; (3) da criação e reestruturação de carreiras; (4) da complementação ao FUNDEB; (5) da recomposição do orçamento das universidades, etc.. Que esta edição do Fique por Dentro nos instigue à crítica e à luta!

**Diretoria da Adufes
Autonomia e Afirmação
Biênio 2021-2023.**

Fotos: Anderson Cacilhas



Docentes da Ufes com o convidado Plínio de Arruda Sampaio Jr, no debate sobre o arcabouço fiscal

Sindicato promove visitas aos centros de ensino para filiar docentes e ouvir demandas da categoria

A diretoria do Sindicato está promovendo uma série de visitas aos centros de ensino nos quatro campi da Ufes, dentro do projeto Café com a Adufes nos Centros.

O objetivo é dar continuidade à campanha de filiação de docentes, sensibilizando-os sobre a importância de reforçarem as lutas em defesa da carreira, salários e condições de trabalho, além da defesa da educação pública.

Durante as visitas, a categoria pode registrar suas demandas, além de se informar sobre as ações do Sindicato e tirar dúvidas a respeito dos benefícios e convênios a que sindicalizadas/os têm direito, como plano de saúde, descontos em editoras e centros de lazer, entre outros.

Acompanhe a Adufes nas redes e saiba a data do seu centro.

CONFIRA A SEGUIR OS CONVÊNIOS DA ADUFES

- **UNIMED VITÓRIA** - Plano integral sem coparticipação. Mais informações em adufes.org.br/unimed-vitoria.
- **UNIMED ODONTO** - Mais informações em adufes.org.br/unimed-odonto.
- **SESC** - Serviços oferecidos no Espírito Santo. Mais informações em www.sesc-es.com.br.
- **EDITORIA COUSA** - 20% de desconto: cousa.lojaintegrada.com.br ou 27 99958-9142 (WhatsApp).
- **EDUFES** - 30% de desconto. Acesse edufes.ufes.br e confira o catálogo.
- **EDITORIA MARÉ** - 15% de desconto. Código promocional “ADUFES15”: editoramare.com
- **INSTITUTO AFFICERE – NUTRIÇÃO** - Agendamentos: 27 99531-5945 (WhatsApp) / site: institutoafficere.com.br/contato.
- **HARMONIZE CENTRO DE SAÚDE E BEM-ESTAR** - Agendamentos: 27 3014-2196 (WhatsApp).
- **NUTRICIONISTA MARIANA HERZOG** - Agendamentos: (27) 3235-2499

Aposentadas/os que não receberam reajuste de 9% devem conferir modalidade do benefício

Após solicitação de informações da Adufes, a Seção de Pagamentos e Descontos, vinculada à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) da Ufes, emitiu orientações para as/os professoras/es aposentadas/os em relação ao reajuste.

De acordo com a Progep, no caso da aposentadoria por paridade, os reajustes são efetuados no mesmo percentual e no mesmo momento dos servidores/es ativos/os. Ou seja, houve o reajuste de 9% válido a partir de 1 de maio de 2023.

Para aposentadorias por média aritmética, os reajustes são realizados anualmente em janeiro. Neste caso, o reajuste de 9% não é aplicável. Em ofício à Assessoria Jurídica Nacional, no mês de junho, a diretoria da Adufes solicitou encaminhamentos do Andes-SN para intensificar a luta pela paridade entre docentes aposentadas/os e em exercício.

Para mais informações, as/os interessados podem entrar em contato com a Progep: 27 4009-2269 / e-mail: spd.dgp.progep@ufes.br

Após pressão de Adufes, Sintufes, DCE e movimentos sociais, Ufes propõe cotas para docentes, mas não apresenta proposta de reparação

Proposta de resolução foi construída por uma comissão definida pela Reitoria sem ouvir a comunidade acadêmica e nem os movimentos sociais

Artes: Marcus Freire



Adufes utilizou diversas peças publicitárias nas redes sociais para pressionar pela implementação das cotas docentes na Ufes

A pressão dos movimentos sociais e das entidades que representam os segmentos da Ufes (Adufes, Sintufes e DCE) para que a Universidade cumpra a Lei 12.990/2014 fez a Administração Central se mover. A Lei prevê cotas em concursos docentes nas instituições de ensino superior com reserva de pelo menos 20% das vagas para pessoas negras e para pessoas com deficiência (PCDs).

Após nove anos de descumprimento da legislação, a Ufes apresentou uma proposta de resolução sobre o assunto em março de 2023. Entretanto, não apresentou nenhuma alternativa de reparação pelo tempo em que deixou de cumprir a lei.

A proposta de resolução foi construída

por uma comissão definida pela Reitoria sem que houvesse ampla participação da comunidade acadêmica, nem dos movimentos populares. Em maio, a minuta de Resolução chegou a ser pautada na Plenária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), mas a pressão levou a Administração Central a remetê-la aos centros de Ensino, com prazo de 30 dias para retorno, tempo considerado insuficiente pela comunidade.

O professor Douglas Ferrari, do Centro de Educação, que possui deficiência visual, frisa que a proposta da Reitoria não atende às expectativas das pessoas com deficiência porque não foi discutida com as pessoas com deficiência.

“Essa é uma questão de forma. E há também uma questão de conteúdo, uma vez que fica inviabilizado que um/uma candidato/a se torne efetivamente professor/a da Ufes, porque pelos critérios ela/ele vai demorar a ser chamada/o. Há especificidades que precisam ser consideradas”, explicou.

Condições de trabalho

Além disso, ele acrescenta que é preciso assegurar as condições dignas de trabalho para as pessoas com deficiência. “Há seis anos tenho dificuldades para trabalhar em todos os níveis. Não adianta só colocar pra dentro. Precisa oferecer toda a acessibilidade para as especificidades dessas pessoas que entram”.

Medidas de reparação não foram propostas e diálogo ainda é precário

Em junho, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci) enviou ofício respondendo a questionamentos feitos na Carta dos Segmentos da Ufes (Adufes, Sintufes e DCE) que foi direcionada à Reitoria. As entidades apontaram erros e lacunas na proposta de resolução apresentada pela Universidade, entre elas a falta de uma reparação pelos nove anos de descumprimento da legislação.

O ofício da Proaeci, que responde às entidades, reconhece a importância de ouvir os movimentos sociais e sindicatos, além de sugerir que o percentual de 20% de reserva de vagas previsto seja elevado até que haja compensação pelos nove anos sem cotas.

A Proaeci tem como pró-reitor o professor Gustavo Forde que participou de todo o processo de construção da proposta inicial da Reitoria, criticada pelos movimentos e que não prevê nenhuma das medidas sugeridas no ofício da própria pró-reitoria. A Comunicação da Adufes procurou o professor Gustavo Forde para ouvi-lo a respeito do documento da Proaeci, mas, após longa negociação, não obteve resposta.

Indígenas ainda estão fora da proposta demonstrando que Ufes precisa avançar mais

A Lei 12990/2014 não inclui indígenas na reserva de vagas prevista para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal. Entretanto, isto não significa que a Universidade não tenha autonomia para pensar em reserva de vagas para pessoas indígenas. É o que lembra a vice-presidenta da Adufes, Jacyara Paiva.

“Existem projetos de lei no congresso tramitando neste sentido. Mas a Ufes pode tomar a iniciativa. No Brasil temos experiências importantes, como em Mato Grosso do Sul, que reserva 3% de vagas para indígenas. O Rio de Janeiro reserva 20% das vagas para negras/os e indígenas nos concursos públicos estaduais do Poder Executivo”, concluiu.

Adufes comemora 45 anos com solenidade

Uma história de autonomia e luta pela classe trabalhadora, pela categoria docente e serviços públicos, fazendo a defesa da educação pública, gratuita, laica, presencial e de qualidade

Fotos: Sérgio Cardoso



Categoria marcou presença na solenidade pelos 45 anos da Adufes



Painel em homenagem ao professor Cleber Maciel foi inaugurado durante solenidade

Adufes comemorou seus 45 anos de existência com uma solenidade na sede do Sindicato no dia 31 de maio. O evento contou com a presença da base, diretoria atual, ex-diretoras/es, ex-presidentas/es, diretoras/es de centros, parlamentares e representantes de movimentos populares, bem como do Sintufes e do DCE-Ufes.

Durante o evento, foi lançado o painel produzido pelo artista Luhan Gaba, em homenagem

póstuma ao professor Cleber Maciel, conhecido por sua luta contra a opressão do povo negro na Ufes, além de uma homenagem às/aos ex-presidentas/es da Adufes.

A presidenta da Adufes, Junia Zaidan, destacou a importância de garantir a permanência dos estudantes na universidade, que, naquele momento, ocupavam o prédio da Reitoria. Junia também ressaltou a luta pela universidade pública de qualidade com presencialidade no

ensino, recomposição salarial e do orçamento das universidades, e pelo fim da lista tríplice para a escolha de reitoras/es.

Livro

A Adufes está produzindo um livro sobre os seus 45 anos. A publicação está em fase de editoração e conta com ampla participação da base, entidades e movimentos, que enviaram textos para contribuir com a elaboração da obra.

Exposição TRANSeuntes aberta até o final de julho

No dia 30 de junho foi aberta a Exposição Fotográfica TRANSeuntes, na sede da Adufes, durante o Ponto de Encontro Especial Orgulho LGBTQIAP+. A mostra é composta por obras das/dos participantes da oficina de fotografia realizada pela Adufes com estudantes, docentes e técnicas/os da Ufes, e pessoas da comunidade externa que se autodeclaram homens e mulheres trans /pessoas LGBTQIAP+.

A Exposição, resultado de seis encontros da oficina, conduzida pelo fotógrafo Vírgilio Libardi e pela psicóloga Juliene Nóbrega, permanece aberta durante o mês de julho. A oficina foi promovida pelo Grupo de Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) da Adufes, em articulação com a diretoria do Sindicato.

O evento foi de celebração, mas também de reafirmação da luta contra todas as formas de discriminação e violência sofridas pela população LGBTQIAP+, uma das inúmeras expressões de opressão do sistema capitalista sobre a classe trabalhadora da qual todas/os fazem parte.

Samba da Ury

No mesmo evento, a noite foi marcada pela musicalidade do Samba da Ury, com a artista Ury Vieira, que é travesti não binária transfeminina, na trompa e voz. Ela foi acompanhada pelos músicos Maicon Gomes no violão de 7 cordas, e Gabriel Novais na percussão.



ARRAIÁ da ADUFES

ALEGRE
Confirmações até 19/07*.

SÃO MATEUS
Confirmações até 25/07*.

VITÓRIA
Confirmações até 25/07*.

21/07 - 19H30
SÍTIO TRIUNFO

28/07 - 19H
CERIMONIAL BE HAPPY

28/07 - 19H
SEDE ADUFES

*Cada sindicalizada/o poderá levar um acompanhante e deve confirmar presença pelo e-mail: eventos@adufes.org.br. Ao enviar o e-mail, incluir no assunto a festa e o local.

EXPEDIENTE - Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo - Edição: Julho de 2023 | ADUFES - Seção Sindical do ANDES-SN. Av. Fernando Ferrari, s/n, campus de Goiabeiras, Vitória/ES - CEP 29.075-910. Fone: (27) 3235-9294/3235-9291 | www.adufes.org.br / comunicacao@adufes.org.br / [f](https://www.instagram.com/adufesufes) [i](https://www.facebook.com/adufesufes) [v](https://www.youtube.com/adufesufes) Adufes Ufes. **DIRETORIA** - presidenta: Junia Zaidan; vice-presidenta: Jacyara Paiva; secretária-geral: Aline Brengonci; 1ª secretária: Ana Cláudia Meira; tesoureiro-geral: Edson Cardoso; 1º tesoureiro: Alexandre Cunha; 1º suplente: Luciano Vidon; 2ª suplente: Ana Heckert; 3º suplente: Rafael Teixeira; 4ª suplente: Luciana Soares. **Projeto gráfico**: Estúdio Dr.Quem! - **Textos e edição**: Anderson Cacilhas (jornalista MTB 1790-ES) **Revisão**: Diretoria da Adufes - **Diagramação**: ReExistir Midiática